



ADVOCACIA-GERAL DA UNIÃO
PROCURADORIA-GERAL DA UNIÃO
PROCURADORIA DA UNIÃO NO ESTADO DE ALAGOAS
GABINETE

AV. MOREIRA E SILVA, 863 - FAROL - MACEIÓ/AL - CEP: 57.051-500

OFÍCIO n. 00033/2023/GAB/PUAL/PGU/AGU

Maceió, 07 de dezembro de 2023.

À Procuradora-Chefe da Procuradoria Federal Especializada junto ao Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis
Karina Marx Macedo

NUP: 00405.096041/2023-35

INTERESSADOS: PROCURADORIA GERAL DA UNIÃO - PGU

ASSUNTOS: INDENIZAÇÃO POR DANO AMBIENTAL

Senhora Procuradora-Chefe,

Cumprimentando-a cordialmente, anoto que trata o presente expediente de Procedimento Prévio de Coleta de Informações - PCCI para apuração dos fatos relacionados aos eventos geológicos ocorridos na cidade de Maceió, notoriamente divulgados na grande mídia de forma recente, visando a avaliação de medidas cabíveis para a defesa dos interesses da União e da coletividade.

Contextualizando a situação, em rápida síntese, tem-se que o caso Pinheiro/Braskem tornou-se conhecido após um tremor de terra sentido por moradores de alguns bairros de Maceió, em março de 2018. No Pinheiro, um tradicional bairro da capital alagoana, além dos tremores surgiram rachaduras nos imóveis, fendas nas ruas, afundamentos de solo e crateras que se abriram sem aparente motivo.

Com o intuito de encontrar as razões para o fenômeno, o Serviço Geológico do Brasil (SGB/CPRM) deu início a estudos no solo dos locais atingidos e à medida que as pesquisas avançavam, os cientistas constataavam a complexidade do caso, ao mesmo tempo em que descartavam a possibilidade de um fenômeno naturalmente geológico.

Um ano após o tremor de terra, e com base na realização de diversos estudos, análises e com envolvimento direto de 52 pesquisadores, o SGB/CPRM apresentou, em audiência pública, estudos conclusivos que apontaram a extração mineral de sal-gema, pela empresa petroquímica Braskem, como a responsável pelos danos. Na ocasião, o fenômeno foi classificado como subsidência, ou seja, um rebaixamento da superfície do terreno devido às alterações ocorridas no suporte subterrâneo.

Em consequência da situação de risco inerente à região atingida pelo fenômeno geológico causado pela Braskem houve, desde o início da situação, atuação de diversos órgãos federais em atendimento aos indivíduos atingidos, seja de forma direta, com formatação e atuação em políticas públicas federais, seja de forma indireta, com repasses aos entes federativos menores para atuação localizada.

Nessa ótica, visando instrução do PCCI supracitado e a avaliação de medidas cabíveis para a defesa dos interesses da União e da coletividade, venho por meio deste solicitar os bons préstimos desta Procuradoria para que informe:

- **Até o dia 18/12/2023**, se há/houve atuação do IBAMA, direta ou indireta e de qualquer espécie, que tenha gerado custos diretamente à União, a exemplo de pedidos de repasse, uso de equipamentos e afins, relacionadas à situação de emergência vivenciada em decorrência dos eventos geológicos desencadeados pela atividade da Mineradora Braskem, descrevendo e minudenciando eventuais repasses, as atividades realizadas, contingente e equipamentos utilizado, período/tempo de atuação e, se possível de imediato, apurando os custos financeiros suportados pela pasta nas iniciativas citadas;
- No mesmo prazo, se há/houve monitoramento dos impactos ambientais na região afetada pelo evento geológico citado, indicando os trabalhos realizados e eventuais estudos produzidos / a serem produzidos visando a tutela do meio ambiente na região;
- Outras informações que o órgão julgue relevantes para fins de apuração de prejuízos sofridos pela União e pela coletividade em razão dos eventos geológicos desencadeados pela Mineradora Braskem, para fins de encaminhamento das medidas cabíveis.

Solicito a presteza que as respostas sejam encaminhadas dentro dos prazos assinalados para os e-mails: pu.al@agu.gov.br e saulo.marinho@agu.gov.br, colocando-me à disposição para eventuais esclarecimentos que sejam necessários.

Atenciosamente,

SAULO LOPES MARINHO
ADVOGADO DA UNIÃO
PROCURADOR-CHEFE DA UNIÃO EM ALAGOAS

Atenção, a consulta ao processo eletrônico está disponível em <http://sapiens.agu.gov.br> mediante o fornecimento do Número Único de Protocolo (NUP) 00405096041202335 e da chave de acesso 2b76a282